

**COLEGIADA**



JUCESP PROTOCOLO

0.789.146/08-3



**COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**  
CNPJ/MF Nº 04.172.213/0001-51 – NIRE 353.001.823-83

**EXTRATO DA ATA DA 88ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 2008**

**I – DATA, HORA E LOCAL:** Em 29 (vinte e nove) de setembro de 2008, às 10:00h (dez horas), na sede social da Companhia Piratininga de Força e Luz ("CPFL Piratininga" ou "Companhia"), localizada na Rodovia Campinas - Mogi Mirim, km. 2,5, parte, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

**II – CONVOCAÇÃO:** Convocado na forma do § 3º do Artigo 18 do Estatuto Social da Companhia.

**III - PRESENÇAS:** A totalidade dos membros do Conselho de Administração.

**IV – COMPOSIÇÃO DA MESA:** Wilson P. Ferreira Junior – Presidente e Thiago Pédico Saragiotto – Secretário.

**V – ASSUNTOS TRATADOS E DELIBERAÇÕES TOMADAS:**

Dispensada a leitura da Ordem do Dia, por ser do conhecimento de todos os presentes, foi deliberado que a ata desta reunião seria lavrada na forma de sumário, facultado o direito de apresentação de manifestações e dissidências que ficarão arquivadas na sede da Companhia, e aprovada a sua publicação, sob a forma de extrato, com a omissão das assinaturas dos Conselheiros.

Examinadas e debatidas as matérias da Ordem do Dia, foram tratados os seguintes assuntos e tomadas as seguintes deliberações, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições:

**(i) Aprovaram**, nos termos da alínea "g" do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia, a 2ª (segunda) emissão de debêntures, em série única, da espécie subordinada, não conversível em ações da Companhia ("Emissão" e a "Debênture"), com dispensa de registro automático na CVM, nos termos do artigo 5º, inciso II, da Instrução CVM 400, que terão as seguintes características e condições: **(a) Valor Total da Emissão:** o valor total da Emissão será de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) ("Valor Total da Emissão"); **(b) Número de Séries:** a Emissão será realizada em série única; **(c) Quantidade de Títulos:** será emitida 1 (uma) Debênture; **(d) Data de Emissão:** Para todos os efeitos legais, a data de Emissão da Debênture será 1º de outubro de 2008 ("Data de Emissão"); **(e) Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário da Debênture será R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) ("Valor Nominal Unitário"); **(f) Conversibilidade:** a Debênture não será conversível em ações da Companhia; **(g)**





**COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**  
CNPJ/MF Nº 04.172.213/0001-51 – NIRE 353.001.823-83

**Forma:** a Debênture será nominativa e escritural; **(h) Espécie:** a Debênture será da espécie subordinada; **(i) Garantias:** a Debênture não contará com garantias; **(j) Prazo e Data de Vencimento:** A Debênture terá prazo de vencimento de 941 (novecentos e quarenta e um) dias, vencendo em 30 de abril de 2011 ("Data de Vencimento"); **(k) Amortização:** O Valor Nominal Unitário da Debênture, acrescido da Remuneração (conforme abaixo definido), será pago na Data de Vencimento; **(l) Resgate Antecipado:** A Debênture poderá ser resgatada antecipadamente pela Emissora a qualquer momento após 1 (um) ano contado da Data de Emissão, mediante deliberação de seu Conselho de Administração, seguida de aviso publicado em jornal de grande circulação, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, no qual informará a data, o local de realização e o procedimento de resgate, observado que; (i) o resgate antecipado, total ou parcial, será feito pelo Valor Nominal Unitário da Debênture acrescido da Remuneração, calculado *pro rata tempore* desde a Data de Emissão até a data do efetivo resgate, somado a um prêmio equivalente a 0,27% (vinte e sete centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário da Debênture; e (ii) na hipótese de deliberação de resgate antecipado parcial, será adotado o critério de sorteio, nos termos do artigo 55, § 1º, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"); **(m) Remuneração:** A Debênture fará jus a uma remuneração equivalente a 106,45% (cento e seis inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento) da acumulação das taxas médias dos depósitos interfinanceiros de um dia denominada "Taxa DI over extra-grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada diariamente pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos no informativo diário disponível em sua página da Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Remuneração"); **(n) Pagamento da Remuneração:** a Remuneração da Debênture será paga anualmente desde a Data de Emissão, sendo que o primeiro pagamento ocorrerá em 1º de outubro de 2009 e o último na Data de Vencimento; **(o) Prazo e Forma de Integralização:** a Debênture será integralizada à vista no ato da subscrição em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP; **(p) Preço de Subscrição:** a Debênture será subscrita pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata tempore* desde a data de Emissão, até a data da efetiva integralização; **(q) Colocação:** a Debênture será registrada para colocação no mercado primário, no MDT – Módulo de Distribuição de Títulos, operacionalizado pela CETIP. A Debênture não será registrada para negociação no mercado secundário, exceto em conformidade com o disposto no artigo 2º, § 2º, da Instrução CVM n.º 400; **(r) Vencimento Antecipado da Debênture:** serão considerados eventos de vencimento antecipado da Debênture quaisquer das seguintes hipóteses: (i) vencimento antecipado ou inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer de suas subsidiárias, de quaisquer obrigações financeiras a que estejam sujeitas, no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado, superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ressalvada a hipótese da Companhia e/ou





**COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**  
CNPJ/MF Nº 04.172.213/0001-51 – NIRE 353.001.823-83

qualquer de suas subsidiárias, conforme o caso; por meio de qualquer medida judicial ou arbitral cabível, contestar e evitar a formalização do referido vencimento antecipado ou inadimplemento, sem que para tanto tenha que garantir o juízo com pecúnia ou outros bens em valor correspondente ao montante acima destacado; (ii) realização de redução de capital social da Companhia, sem que haja anuência prévia dos titulares da Debênture, conforme disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) proposta pela Companhia, e/ou por qualquer de suas subsidiárias, a qualquer credor ou classe de credores de plano de recuperação judicial ou extrajudicial, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; requerimento pela Companhia, e/ou por qualquer de suas subsidiárias, de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; ou, ainda, pedido de autofalência pela Companhia; (iv) liquidação, dissolução, extinção ou decretação de falência da Companhia; (v) protesto legítimo de títulos contra a Companhia, no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado, superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), salvo se, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados do referido protesto, seja validamente comprovado pela Companhia que (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (b) o protesto foi cancelado; (c) foram prestadas garantias em juízo; (vi) falta de cumprimento pela Companhia de qualquer obrigação não pecuniária prevista na presente Escritura de Emissão não sanada em 30 (trinta) dias corridos contados da data do recebimento pela Companhia de aviso escrito que lhe for enviado por qualquer dos titulares da Debênture; (vii) pedido de falência formulado por terceiros em face da Companhia e não devidamente elidido pela Companhia o prazo de 30 (trinta) dias corridos; (viii) não pagamento, pela Companhia, das obrigações pecuniárias devidas aos titulares da Debênture nas datas previstas na presente Escritura de Emissão não sanado no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data de vencimento original; (ix) perda ou cassação, por qualquer motivo, da concessão para exploração dos serviços de distribuição de energia elétrica, de que a Companhia é titular nos termos do Contrato de Concessão n.º 009/2002, celebrado pela Companhia e pela União Federal em 23 de setembro de 2002; (x) alteração do atual controle da Companhia e sem prévia aprovação do detentor da Debênture, excetuada a hipótese de alteração do controle da Companhia desde que, após a conclusão da referida operação, ao menos duas das seguintes acionistas, Votorantim Energia S.A., Camargo Corrêa Energia S.A. e Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ, mantenham, direta ou indiretamente, individualmente, ou em conjunto, nos termos definidos pelo Acordo de Acionistas da CPFL Energia S.A., em vigor nesta data, a maioria das Ações Vinculadas ao Bloco de Controle; e (xi) não observância pela Companhia por 2 (dois) trimestres consecutivos dos seguintes índices e limites financeiros, os quais serão calculados pelo Agente Fiduciário, com base nas informações financeiras dos 12 (doze) últimos meses, ao final de cada trimestre, a partir do último trimestre de 2008, inclusive, em até 5 (cinco) dias





**COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**  
CNPJ/MF Nº 04.172.213/0001-51 – NIRE 353.001.823-83

úteis após a divulgação à CVM das respectivas demonstrações financeiras da Companhia, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude da Debênture: (a) relação entre a dívida líquida da Companhia e EBITDA da Companhia menor ou igual a 3 vezes; e (b) relação entre EBITDA da Companhia e Resultado Financeiro da Companhia maior ou igual a 2,25 vezes; e **(s) Delegação de Poderes à Diretoria da Companhia:** fica a Diretoria da Companhia autorizada a (i) contratar uma ou mais instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para a distribuição pública da Debênture, (ii) contratar o agente fiduciário, o banco mandatário e escriturador, entre outros e (iii) celebrar a escritura de emissão da Debênture e o contrato de distribuição pública da Debênture, bem como praticar todos os atos necessários à realização da Emissão.

**VI – ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar encerrou-se a reunião da qual se lavrou esta Ata, assinada por todos os presentes. Campinas, 29 de setembro de 2008. Wilson P. Ferreira Junior, Miguel Normando Abdalla Saad e Robson Durante.

Certifico que a presente é Extrato da ata original lavrada em livro próprio.

  
Thiago Pédico Saragiotto  
Secretário

